

Normas, valores e experiência pública: a performance dos públicos na institucionalização da cultura

Roberto Almeida

Resumo: Em nosso artigo tentamos discutir o papel dos públicos midiáticos no processo social de institucionalização de normas e valores. Enquanto sujeitos em experiência, os membros de um público sofrem obras ou acontecimentos e, em decorrência disso, assumem posicionamentos específicos, apresentando argumentos, defendendo pontos de vista. O de “emoção coletiva” (Pierre Livet) nos permitirá compreender como normas e valores são atualizadas no curso das interações midiáticas.

Palavras-chave: Públicos, interações midiáticas, emoções

Introdução

Como se sabe, a pesquisa em ciências sociais e em comunicação, em vários momentos, se ocupou em compreender o papel das mídias para a constituição das referências culturais, éticas e morais vigentes em diferentes sociedades. Perguntou-se, com frequência, a respeito da participação da televisão, do cinema, da imprensa e de outros dispositivos midiáticos na conformação de um *ethos*; sobre a relevância dessa tecnologias para a afirmação de modos de classificar e reagir ao mundo e ao outro. Já nos anos 40, Lazarsfeld e Merton, respaldados pelos referenciais teóricos do funcionalismo, atribuíam aos meios de comunicação de massa a função de reiterar as normas sociais: ao expor publicamente os comportamentos desviantes, na TV, no rádio ou nos jornais, os agentes midiáticos contribuiriam decisivamente para reforçar a validade dos comportamentos socialmente sancionados. O interesse em se compreender a atuação dos *media* na dinâmica de institucionalização da cultura, como se vê, não é recente.

Contudo, o sentido da intervenção dos públicos midiáticos – sujeitos que vivem e reagem ao confronto cotidiano com as narrativas da mídia – foi relativamente pouco trabalhado quando se busca compreender esse mesmo processo. Se as mídias reorganizam os sentidos dos dados do mundo, legitimando instituições bem como expectativas morais e normativas, os públicos também tomam parte nesse processo:

suas intervenções prático-discursivas se fazem ouvir na cena pública e contribuem para sedimentar, reproduzir e atualizar normas e valores correntes em nossa sociedade. É sobre essa faceta pouco explorada da dinâmica social de constituição de normas e valores que tencionamos pensar: no artigo a ser apresentado buscamos, pois, refletir sobre os processos por meio dos quais os fazeres dos públicos contribuem para constituir representações acerca do que é certo ou errado, do melhor e do pior no terreno da conduta humana e das reações que os indivíduos estabelecem entre si.

No artigo ora apresentado, buscaremos situar a noção de público e contribuição que as proposições de Pierre Livet acerca do tema da partilha coletiva de emoções podem oferecer para compressão do papel dos públicos midiáticos no processo social de afirmação e tensionamento de valores nos curso de interações comunicativas situadas.

Públicos e interações midiáticas

O histórico de debates a respeito do conceito de público tem origem na filosofia política. Ao longo do tempo conceito foi construído diferentemente por teóricos de orientações as mais diversas. Como alertam Cefaï e Pasquier (2003) as modalidades de percepção acerca do que vêm a ser os públicos são de extrema diversidade. A citação seguinte, embora um tanto longa, é interessante por nos ajudar a situar adequadamente essa variedade.

Eles [os públicos] fazem a experiência mais ou menos explícita de formar um público: experiência acompanhada do sentido vago e difuso de serem testemunhas de um acontecimento histórico (Quéré) ou que se realiza como comunhão ritual perante uma cerimônia televisiva (Dayan e Katz), que se reflete na “consciência mais ou menos clara da semelhança de juízos” na leitura solitária do jornal (Tarde) ou que se exalta na paixão, ao mesmo tempo tempo muito pessoal e muito coletiva dos fãs das séries televisivas (Le Guern), que toma forma mínima do respeito pelas pequenas obrigações e pela troca de civilidades habituais na rua (Joseph) ou que se realiza plenamente na plataforma da rede associativa, visando a gestão autônoma dos assuntos públicos, atribuindo-se objetivos e batizando-se com um nome (Dewey) (CEFAÏ e PASQUIER, apud LANÇA, 2007, p. 62).

Tradicionalmente, no pensamento político, o público é tratado como um coletivo que discute problemas de interesse comum e forma opiniões pela via do debate público e racional. Comumente, públicos emergem como entidades diametralmente opostas às audiências. Como aponta Sonia Livingstone (2004), mesmo no senso comum – ou no discurso das elites intelectuais – as audiências são tratadas como insignificantes, passivas e individualizadas. Nessa perspectiva, são vistas como correlatas das massas.

Trata-se pois, de um conjunto de indivíduos mais ou menos heterogêneo, atomizado e responsivo à autoridade, apático e incapaz de formar juízos próprios e bem informados. No dizer de Mauro Wolfe (1984), a massa é a jurisdição dos incompetentes. Em oposição a essa figura, o público, tanto no discurso popular quanto acadêmico, é representado como um coletivo ativo, bem informado, crítico e relevante do ponto de vista político.

Para além disso, as audiências, ao contrário dos públicos, são associadas ao domínio do privado. Não raro, a dicotomia estabelecida entre públicos e audiências, emerge como um correlato da dicotomia público/privado. Como alerta Livingstone, no jogo das comparações, aquilo que é público aparece quase sempre em vantagem sobre o que é percebido como eminentemente privado. Um conjunto de dualidades antagônicas toma forma e o privado – universo do consumo e da vivência das audiências – é quase sempre desvalorizado. Comparado ao domínio do que é público, o privado, no mais das vezes, é depreciado: “o racional se opõe ao irracional, o desinteressado se opõe ao parcial, o participativo se opõe àquilo que é centrado sobre si mesmo, o coletivo se opõe ao individual, o visível se opõe àquilo que se trata de esconder” (LIVINGSTONE, 2004, p. 20).

Essa dicotomias estreitas se mostram insuficientes por desconsiderarem o fato de que os públicos não se fazem sem o privado. Experiências particulares, histórias de vida individuais ou coletivas atravessam a reação dos diferentes públicos aos fenômenos experimentados, condicionando as leituras e os posicionamentos assumidos pelos sujeitos afetados. Por sua vez, aquelas teorias que advogam uma separação estrita entre públicos e audiências parecem ignorar as formas “híbridas” de engajamento nas interações midiáticas. Mesmo sem se envolver em nenhum tipo de discussão racional no espaço público, ou sem se engajar em nenhum tipo de mobilização política consequente, as audiências podem reelaborar privadamente, e de forma bastante crítica, os sentidos presentes nos textos da mídia, assumindo um papel que nem de longe se equipara à imagem ideal da massa, associada à apatia e ao consumo passivo. Para além disso, podemos ainda nos perguntar se a concepção de público acima descrita não é um tanto idealizada, definida, na verdade, em função de concepções mais normativas do que descritivas a respeito do que são as democracias modernas. Por fim, essa concepção mais tradicional parece insuficiente porque tende a associar, de forma muito direta, os públicos ao domínio do político. Nessa perspectiva, a performance dos públicos aparece

sempre relacionada à ação policamente consequente, o que deixaria de fora aspectos importantes da vida prática e do fazer dos públicos. De fato, os públicos não se constituem apenas em face de problemas políticos. Eles são afetados e respondem não só a questões dessa natureza, mas também assumem posicionamentos diante de problemas morais, éticos, estéticos.

A filosofia política de John Dewey, à maneira do pensamento de muito de seus contemporâneos, parte da dicotomia público/privado para construir o conceito de públicos. No entanto, o autor elabora sua perspectiva sem se deixar enredar em preconceitos elitistas. Para ele, o que diferencia a vida pública da vida privada são as consequência das ações aí realizadas. Os afazeres domésticos de uma dona-de-casa e a relação que ela estabelece com seus filhos são questões privadas se, e somente se, elas não tiverem nenhuma consequência sobre as práticas e os afazeres de outras pessoas não implicadas nessa relação. Nesse sentido, na perspectiva do autor, as questões públicas surgem quando as transações realizadas entre os sujeitos têm consequências que se estendem para além daqueles envolvidos na ação. “Caso se observe que as consequências [de uma] conversação se estendem para além daqueles diretamente concernidos, ou [se perceba] que elas afetam o bem estar de muitos outros, o ato adquire uma natureza pública” (DEWEY, 1954, p. 13). Dessa forma, aponta o autor, o que distingue o público do privado é o escopo das consequências de transações específicas: um ato realizado por particulares que afeta apenas esses particulares, é um *affair* privado. Caso esse mesmo ato produza consequências sobre outros, ele assume, imediatamente, dimensão pública.

Na leitura de John Dewey, públicos são sujeitos tocadas pelas ações de instituições ou agentes específicos. Mais exatamente, dizem respeito ao coletivo “que é afetado pelas consequências indiretas das transações [de outrem], de tal forma que se torna necessário que essas consequências sejam sistematicamente controladas (*cared for*)” (DEWEY, 1954, p. 16). O que essa abordagem traz de interessante é o fato de considerar que públicos são formados por sujeitos que sofrem algum tipo de afecção, e em consequência disso, se engajam na ação. Trata-se na verdade, de sujeitos que são afetados por alguma prática ou acontecimento e, em decorrência disso, adotam posicionamentos, fazem escolhas, selecionam linhas de conduta e atuação. O encadeamento entre sofrer e agir que fundamenta a noção de experiência numa

perspectiva pragmatista já aparece delineado aqui e reaparece no conceito de público apresentado por Louis Quéré (2003), tema que será tratado um pouco adiante.

Numa reflexão mais contemporânea, Isabel Lança afirma que o público, “enquanto substantivo e como sujeito gramatical (activo e passivo), remete para uma pessoa coletiva que é uma categoria ou entidade dinâmica, que se torna pública ou se publicita” (LANÇA, 2007, p. 60). Na concepção da autora, os sujeitos se tornam público através de uma experiência pública na qual se manifesta apoio, indignação ou crítica a uma performance ou acontecimento específico. Enquanto tal, públicos são sujeitos de uma “recepção elaborante”, na qual aquilo que é experimentado, também se produz. Ao mesmo tempo em que atualizam suas próprias identidades, perspectivas e dos pontos de vista no curso da interação, os públicos também participam da constituição da individualidade da coisa experimentada. Afetados, os públicos reagem, adotando posicionamentos e produzindo sentidos, dando forma ao rumor social que constitui o significado dos fenômenos experimentados.

Instituídos a partir de experiências variadas¹, os públicos não podem ser tratados como meros consumidores de produtos midiáticos. Como aponta Lança, os processos de recepção “elaboram um público ativo, ou seja, receptores que tomam parte na reelaboração da experiência” (LANÇA, 2007, p. 61). Reelaboração de sua própria experiência; reelaboração da experiência de mundo de outros membros da sociedade, uma vez que, ao adotar posicionamentos específicos, os público reconstituem os fenômenos que aparecem na cena pública, outorgando-lhes novos sentidos, construindo-os diferentemente, configurando, os dados do mundo postos em apreciação nos diferentes espaços espaços de visibilidade surgidos no mundo contemporâneo.

Na concepção de Louis Quéré (2003), autor que fornece referências centrais para o pensamento de Lança, os públicos são uma forma que se constitui no contexto da publicização de uma obra ou representação. Como produto da experimentação coletiva de um texto ou fenômeno, são relativos a um perceber em conjunto, a um “ato comum de focalização”. Público, frisa Quéré, é forma; forma que se traduz numa regra de

¹ Como aponta Isabel Lança, os públicos são diversos e se instituem a partir de diferentes processos: “podem organizar-se em torno de ações e experiências variadas, desde conversas e debates no espaço público, à contemplação estética, à vivência de um destino comum perante uma catástrofe ou um acontecimento dramático, ao comprometimento num juízo comum, num processo de inquérito ou deliberação coletiva, numa causa pública” (Lança, 2007, p. 60).

agenciamento de um todo, princípio de ordem e ação, estrutura conformadora de atos de compreensão que orientam e animam atitudes e comportamentos (FRANÇA, 2005).

Públicos não se formam a partir da mera exposição de um conjunto de indivíduos a uma obra ou acontecimento específico. Antes disso, para que um público se estabeleça, é necessário que se constitua um ponto de vista ou uma perspectiva comum que forja uma modalidade compartilhada de engajamento na interação. Nesse sentido, a formação de um público depende do estabelecimento de uma perspectiva particular, de um ato comum e compartilhado de focalização que se expressa na afirmação de um “contexto institucional que faz sentido” ou na adoção de um “ver como”. A participação nessa estrutura comum de focalização estabelece o laço entre os diferentes indivíduos que experimentam o mesmo fenômeno e os converte em membros de um público. É a partir do estabelecimento dessa forma compartilhada de ver e enquadrar um fenômeno que os diferentes membros do público podem formar modos particulares de ler, classificar e julgar aquilo que experimentam. A adoção desse “ver como” ou o estabelecimento de um “contexto institucional que faz sentido” cria um enfoque prévio que serve de base de inferência e ação para os sujeitos envolvidos na interação. Sofrendo o contexto institucional projetado por uma obra ou acontecimento específico, os membros do público se posicionam e constituem leituras particulares acerca dos fenômenos com os quais se confrontam.

Se os públicos sofrem e reagem a um determinado contexto institucional, eles o fazem inscritos num sistema ou numa estrutura de agenciamento. A noção de público, nesse contexto, nos permite perguntar acerca da configuração dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos interpelados e nos possibilita apreender a dinâmica dos agenciamento dos papéis, dos movimentos e das escolhas dos sujeitos frente aos lugares que lhe são atribuídos no contato com as interfaces não raro condutoras da mídia. Se é fato que os leitores estão inscritos nos textos a eles endereçados e que as narrativas da mídia associam papéis específicos aos sujeitos que interpelam, a noção de público, tal qual formulada por Quéré, ajuda a perceber o grau de recusa e/ou adesão a esses papéis.

Confrontado por um contexto institucional particular e inscrito em uma dada estrutura de agenciamento, o público experimenta um fenômeno específico. Nessa perspectiva, os membros do público são pacientes: eles sofrem uma obra ou acontecimento e são afetados nesse processo. A experiência, nessa dinâmica, assume dimensão de teste: ela existe como uma travessia na qual aqueles que se expõem correm

riscos e colocam em causa suas visões de mundo e identidades. Por outro lado, se a forma público está atada à idéia de experiência, ela deve ser pensada como ação: confrontados, os sujeitos fazem escolhas, reagem, adotam linhas específicas de comportamento e recusam outras. Além de pacientes, públicos são também agentes. Em face disso, pensar a experiência dos públicos é pensar um processo em que aqueles que são afetados se posicionam na interação, avaliando-se a si mesmos e ao mundo, conformando suas perspectivas, pontos de vistas e formas de intervir nos domínios da vida prática. Como quer John Dewey, um sofrer e um agir se encadeiam na performance dos públicos: é enquanto um conjunto de espectadores afetados que os sujeitos se instituem enquanto público; essa afetação, por sua vez, alimenta a ação, conforma as práticas daqueles que sofrem e as respostas que oferecem ao fenômeno sofrido.

Em termos caros ao pensamento de Mead, as respostas que os membros do público oferecem aos textos com os quais se confrontam são gestos significantes. Nesse contexto, essas repostas trazem inscritas em si as marcas do social, refletindo normas, valores, expectativas morais particulares, ao mesmo tempo em que, enquanto fases do processo social mais ampliado, participam da construção de referências ordenadora da vida social. Nesse sentido, as manifestações dos públicos emergem como práticas atualizadoras das falas sociais correntes na sociedade, instância de renovação dos discursos e de legitimação de pontos de vista.

O que determina a especificidade dos públicos e em parte, os diferencia das audiências, é o fato de que suas práticas têm sempre natureza performática: como aponta Dayan, “le public est public: il performe” (DAYAN, apud LANÇA, 2007, p. 63). Diferentemente do que ocorre com as audiências, que respondem ativamente a uma oferta, os públicos não apenas vêem, mas vêem e são vistos, sentem e se fazem sentir. Existe, pois, uma dimensão cênica, de figuração de si, na gênese dessa figura coletiva. É sempre para um outro público que os públicos se exibem: “todo público assume, em certo sentido, uma pose” (idem).

Se é assim, a performance dos públicos fundam uma conversação da sociedade consigo mesma. Nesse processo, os sujeitos afetados por um fenômeno particular expõem publicamente seus pontos de vista, reivindicando soluções, buscando saídas, convocando os demais a problematizarem um acontecimento, publicizando juízos. Confrontados por questões estéticas, éticas ou políticas, os públicos exibem um posicionamento, apresentando leituras específicas acerca dos fenômenos que

experimentam. Nesse processo, os sujeitos afetados dialogam entre si e com o resto da sociedade, manifestando publicamente suas perspectivas e visões de mundo. As performances dos públicos convertem-se portanto, em aviso, alerta, reivindicação: “a prática X não é moralmente aceitável”; “o sistema público de saúde carece de mais recursos”; “a atual carga tributária não é justa”. Dessa feita, públicos *mostram-se*: performam para o outro e diante do outro seus pontos de vista e suas expectativas. Assumem-se, nessa dinâmica, como um coletivo moral que faz reivindicações e apresenta argumentos, existindo como instrumento de legitimação de crenças, saberes, valores. Na e pela performance dos públicos, diferentes falas sociais tomam forma e se reproduzem; o universo do instituído é colocado em processo, fazendo-se e refazendo-se em decorrência das experiências dos sujeitos na vida prática.

Se até aqui buscamos explorar o conceito de público, resgatando algumas de suas origens e os desdobramentos contemporâneos da discussão sobre o conceito, nas páginas seguintes, discutiremos das emoções e de sua relação com as performances dos públicos e o processo de problematização de valores no curso da trocas interativas.

As emoções e as emoções coletivas

Pierre Livet define as emoções como

a ressonância afetiva, psicológica e comportamental de um diferencial entre um mais traços percebidos (ou imaginados, ou pensados) da situação em causa e o prolongamento de nossos pensamentos, imaginações percepções ou ações em curso. Esse diferencial é avaliado com relação às nossas orientações afetivas reais (desejos, preferências, sentimentos, disposições) sejam essas orientações ativas ou em condição de se ativar (LIVET, 2002, p. 23)

Na concepção do autor, portanto, as emoções surgem quando percebemos a existência de uma assimetria entre a situação em curso e o universo de nossas expectativas. De acordo com Livet, se uma determinada situação se desenrola de acordo como nossas expectativas, não experimentamos nenhum tipo de emoção. Experimentá-las significa dizer que a situação em causa seguiu um rumo diferente daquele que imaginávamos ser o mais adequado. É a partir do diferencial estabelecido entre aquilo que o mundo efetivamente nos oferece e aquilo que esperamos dele que as emoções se estabelecem. No caso das emoções ditas positivas (como a alegria, por exemplo) esse diferencial aparece quando o desenrolar de uma situação específica se mostra mais favorável do que imaginávamos; já no caso das emoções ditas negativas (indignação,

ódio, etc), esse diferencial é resultado da frustração de nossas expectativas. Quanto mais profundo for esse diferencial, mais intensa será a emoção experimentada pelo sujeito.

Se fizermos referência a uma situação concreta podemos deixar mais clara a explicação que Livet fornece para o surgimento das emoções no curso de nossas ações ordinárias. Imaginemos que, em decorrência de uma enfermidade, uma senhora comparece a um hospital público buscando atendimento médico. Como acontece com vários brasileiros, ela é mal atendida: depois de esperar na fila por várias horas, ela não consegue falar com um médico e sua consulta fica agendada para uma data quatro meses mais tarde. Em virtude do ocorrido, ela volta para casa experimentando forte indignação. De acordo com a perspectiva aqui apresentada, essa indignação seria uma decorrência do descompasso verificado entre as expectativas de Maria e aquilo que de fato ocorreu no hospital. Ora, essa senhora paga seus impostos rigorosamente em dia e cumpre todos seus deveres para com o Estado. Se é assim, ela se julga no direito de receber tratamento médico adequado quando é necessário. Nesse caso, a raiz de sua indignação estaria justamente na frustração de sua pretensão de ser dignamente atendida num hospital público. É a assimetria verificada entre o mundo real e o universo das expectativas dessa senhora que explica a emoção sentida por ela nessa situação hipotética.

De acordo com Pierre Livet, se uma situação contradiz nossas expectativas sobre o mundo, nós somos levados a revisá-las de modo a fazer com que elas entrem em acordo com nosso ambiente. Para o autor, o processo de revisão é aquele que promove a transformação “das premissas ou inferências que nos conduzem a uma conclusão desmentida pelos novos fatos conhecidos” (LIVET, op.cit, p. 22). Nesse processo, problematizamos nossas considerações sobre o mundo e podemos, inclusive, transformar o nosso universo de expectativas. Uma vez que as revisões se processam, as emoções tendem a desaparecer já que a assimetria verificada entre o mundo real e o mundo nossas expectativas desaparece. Como aponta Livet, desde que exista a necessidade de revisões, a emoção reaparece quando enfrentamos situações similares, até que algum tipo de revisão de fato seja levado a cabo.

No curso desse processo de problematização podemos transformar nossas expectativas a respeito do mundo. O agente pode reconsiderar a suas premissas e chegar à conclusão que suas pretensões são infundadas ou que falta legitimidade àquilo que ele espera. Nesse caso se processa aquilo que Livet denomina *accoutumance*: as emoções

desaparecem porque as exigências do agente se transformam e não mais entram em desacordo com os dados da realidade. Esse movimento pode ser ilustrado, por exemplo, pelo caso de uma mãe que se irrita profundamente com as seguidas notas baixas de seu filho estudante. A experiência da irritação levar essa mãe a revisar suas expectativas: no curso do processo de revisão, ela pode chegar à conclusão que seu filho, seja por falta de aptidão ou por falta de interesse, nunca se dará bem nos estudos. Nesse caso, suas pretensões a respeito do desempenho escolar do rapaz se transformam: ela não espera mais que ele tire notas excepcionais nem que se destaque comparativamente aos colegas de classe. Estabelece-se aí a chamada *accoutumance*: com o tempo as notas baixas do rapaz não mais colocarão sua mãe sob a influência de emoções negativas, uma vez que foi desfeito o desnível verificado entre suas expectativas e o efetivo desempenho do rapaz. Contudo, como alerta Livet, diferentemente do que esse exemplo extremamente simples pode levar a crer, a *accoutumance* é um processo gradual e que muitas vezes se processa de forma inconsciente.

Não é sempre, no entanto, que as revisões se processam dessa forma. Em certas ocasiões, o reaparecimento contínuo das emoções não leva a seu desaparecimento. As preferências contrariadas numa dada situação podem estar de tal maneira enraizadas, que os agentes não conseguem revisá-las. Nesses casos, a emoção sempre ressurgirá quando nos confrontarmos com uma situação adversa. Nas ocasiões em que nenhum tipo de *accoutumance* se revela possível, mesmo diante da pressão de um mundo adverso, nossas expectativas não se transformam, nossas pretensões, em maior ou menos grau, se mostram resistentes a deslocamentos. Em situações como essa, aponta nos confrontamos com o universo de nossos valores, de nossas preferências e expectativas mais bem enraizadas.

A experiência das emoções, nesse caso, desencadeia uma revisão que se processa no sentido inverso daquela apresentada anteriormente: o agente se sente mais inclinado a transformar o mundo adverso do que suas expectativas. A revisão, nesse contexto, transforma o curso das ações dos sujeitos e os levam a atuar sobre o mundo, exercendo sobre ele algum tipo de pressão de re-ordenamento que o colocaria em maior conformidade com o universo de suas expectativas. O que se trata de transformar, nesses casos, são dados da realidade e não as preferências ou expectativas assumidas pelos sujeitos. Nesse caso, uma mãe descontente com o baixo rendimento escolar do filho poderia exigir uma maior motivação por parte do rapaz, poderia matriculá-lo em

aulas de reforço ou procurar os responsáveis pela escola no intuito de encontrar a melhor forma de resolver o problema do filho.

Dessa forma, indica Livet, certas emoções não nos levam a transformar nossas preferências. Ao contrário, elas fornecem parte da energia necessária para garantir a resistência a tal mudança. Isso acontece mais comumente no caso da experiência de emoções negativas, tais como a cólera, o ódio, a revolta, a indignação, o desgosto. Essas emoções nos revelam até que ponto nossas preferências – nossos valores – estão sedimentados e até que ponto a pressão do mundo é contrária a satisfação dessas expectativas axiológicas (LIVET, 2002).

Se as emoções desencadeiam um processo de revisão no qual tendemos a transformar o mundo ou nossas expectativas a respeito dele, a partilha de emoções – a consciência de que mais pessoas além de nós experimentam os mesmos sentimentos em face de uma situação ou acontecimento particular – colabora para levar o agente a considerar que suas expectativas são válidas, uma vez que são partilhadas por outros indivíduos. Nesse caso, a possibilidade de efetivação de *accoutumance* perde força: os agentes garantem uns para os outros que suas preferências são legítimas e portanto devem ser defendidas em face de um mundo desfavorável. O que deve se transformar é o mundo e não as preferências dos sujeitos que agem nele. Nesse caso, a vivência coletiva de emoções emerge como um fato que permite aos sujeitos sustentar valores que não são realizados no mundo e buscar formas de transformação da realidade que a tornem mais adequadas a um universo de expectativas axiológicas partilhadas. Como aponta Livet,

nas emoções coletivas as expectativas, objetivos, preferências são supostos eles também são supostos eles também coletivos, e as expressões da coletividade estão lá para confirmar que, uma vez que as emoções são partilhadas, as expectativas, os objetivos e as preferências são também. A partilha de emoções, frequentemente, é a única forma disponível para que se perceba a convergência de objetivos e preferências (LIVET, 2002, p.125).

Partilhando emoções, as pessoas constataam que os fatos mundo são diferentes do que supunham ou do que esperavam que fossem. Caso esse diferencial dê origem a algum tipo de frustração ou descontentamento, o caráter coletivo e partilhado da experiência cria condições para que os sujeitos se recusem a se satisfazer com uma realidade desfavorável. Recusarmos a reconhecer a realidade como satisfatória é algo que fazemos mais facilmente coletiva do que isoladamente. Para Livet, (op. cit, p. 134) a resistência à realidade acompanhada de justificativas não é nada mais do que a

manifestação de valores. A partilha de emoções, dessa forma, implica no reconhecimento de que outros manifestam um mesmo tipo de sensibilidade a valores prezados por nós. Trata-se, pois de um processo no qual valores passam a ser socialmente reconhecidos e legitimados no curso das transações efetuadas entre os sujeitos.

Públicos e emoções coletivas

Como já defendemos anteriormente, públicos são entidades que se publicizam, sujeitos coletivos que se dão a ver na cena pública, apresentando juízos, defendendo pontos de vista e leituras de mundo. Se é assim, um público sempre supõe outro, um segundo conjunto de expectadores, mais ou menos heterogêneo, que o observa, que experimenta sua performance e se submete a interpelação produzida por esses atores. Enquanto coletivo, o público é um sujeito moral que faz reivindicações, apresenta argumentos, defende valores, manifesta publicamente juízos e emoções.

Quando falamos em juízos e emoções devemos evitar as concepções dualistas que apartam essas duas categorias e as transformam em entidades antagônicas e divorciadas entre si. Comumente, o domínio da argumentação e da apresentação de juízos é tratado como pertencente ao universo da racionalidade, enquanto as emoções aparecem ligadas ao território da afetividade. Nessa perspectiva dualista, de matriz cartesiana, a emoção é quase sempre vista como algo que pode “prejudicar” os juízos e os argumentos apresentados numa discussão, como uma intrusa inconveniente que contribui apenas para inviabilizar qualquer pretensão de validade que se lhes pretenda atribuir. De fato, a perspectiva apresentada por Livet coloca em xeque as concepções clássicas da racionalidade que apartam de maneira decidida razão e emoção. O que o autor nos mostra, é que as emoções desencadeiam um processo de revisão que permite a problematização racional dos dados do mundo e de nossas preferências ou expectativas axiológicas. A experiência das emoções nos leva a rever nossas crenças e nossos valores, que são reavaliados em decorrência da emoção vivida e da partilha dessa experiência com outras pessoas. As emoções, dessa forma, podem desencadear um processo ativo e racional de re-ordenamento do mundo e de nossas expectativas: informados pelas emoções vividas, os sujeitos podem transformar-se a si mesmo ou a realidade com a qual se vêm confrontados.

A vivência de emoções coletivas desempenha um papel central nesse processo: a resistência à *accoutumance* revela valores e a partilha de emoções permite manter essa resistência. Em diversos momentos, a resposta que os membros do público oferecem a um fenômeno que os interpela incorpora a manifestação pública das emoções – como nos casos de funerais de personalidades, grandes cerimônias esportivas, nos eventos trágicos ou ligados a crimes. Enquanto entidades de partilha, os públicos tornam públicas a revolta ou a indignação em face de algum acontecimento. Nesse processo, os públicos fundam uma consciência partilhada a respeito da validade de certos valores, garantindo aos demais membros da sociedade que certas expectativas são dotadas de uma legitimidade derivada do respaldo que lhe é atribuído por uma coletividade – mais ou menos ampliada, mais ou menos heterogênea.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, 1 : artes de fazer*. 10. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.
- DEWEY, John. *Art as experience*. New York, Pedgree, 1980
- DEWEY, John. *The public and its problems*. Chicago: Swallow, c1954.
- FRANÇA, Vera. *Interações midiáticas: encenações, sujeitos e agenciamento de papéis. Projeto de pós-doutoramento, Belo Horizonte, 2005. Mimeo.*
- _____. L. QUÉRÉ: dos modelos da comunicação. *Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2003, mimeo.*
- _____. “Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?” In: L.G. MOTTA; M.H. WEBER; V. FRANÇA e R. PAIVA (orgs.), *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília, Editora UnB, 2002, p. 13-29.
- _____. *Contribuições de G. H. Mead para pensar a Comunicação. 2007 - XVI COMPÓS: Curitiba/PR, 2007*
- FRANCA, V. R. V. ; MAIA, Rousiley. *A comunidade e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos*. In: Maria Immacolata Vassalo de Lopes. (Org.). *Epistemologia da comunicação*. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2003, v. 1, p. 187-203.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern Univ. Press, 1986.
- GOMES, Itania M. M. . *Leituras Ideológicas. Ou: Como o estruturalismo conduziu os estudos culturais ingleses às análises de recepção*. Textos de Comunicação e Cultura, Salvador, v. 1, n. 40, 2000
- MEAD, Gerog H. *L'esprit, le soi et la société*. Paris, PUF, 2006.
- LIVET, P. *Les Normes*. Paris. Armand Collin, 2006
- _____. *Emotions et rationalité morale*. Paris: PUF, 2002
- OGIEN, Ruwen. Normas e valores. In. CANTO-SPERBER, Monique.. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo, RS Ed. UNISINOS, 2003.
- QUÉRÉ, Louis. *Le public comme forme et comme modalité d'expérience*. Paris: Press universitaires de France, 2003



_____. Entre o fato e o sentido, a dualidade do acontecimento. *In Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005a

_____. Des miroirs équivoques. Aux arígenes de la communication sociale. Paris: Albier, 1982

_____. *Vocabulaire de la sociologie de l'action*, Paris, Ellipses, Ed. Marketing, 2005b

_____. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Tradução de Vera Lígia Westin e Lúcia Lamounier. [Original: D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. *Reseaux*, 46/47, Paris, Tekhné, mar-abril 1991.]

SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SPECTOR, M e KITSUSE, J. *Constructing Social Problems*, Cummings, Menlo Park, 1997.